

E.8 – Gasto Federal com Saúde como proporção do gasto federal total

Conceituação, Interpretação e Limitações

Este indicador refere-se ao percentual do gasto público federal total que corresponde a despesas com saúde, no ano considerado. Para analisar este indicador, são sugeridas duas categorias: a análise do gasto com saúde em relação ao gasto federal total e em relação às despesas federais não-financeiras. O objetivo desta segunda análise é excluir o montante das despesas referentes ao serviço da dívida (juros e amortização).

Esse indicador não abarca todo o gasto federal com saúde, mas somente aquele de natureza universal. São excluídos os gastos destinados às clientela fechadas como aqueles realizados por hospitais da defesa, bem como as despesas com assistência médica e odontológica prestada a servidores públicos. Na metodologia do gasto social federal do Ipea, essas categorias do gasto estão classificadas em benefícios a servidores (Fernandes, 1998).

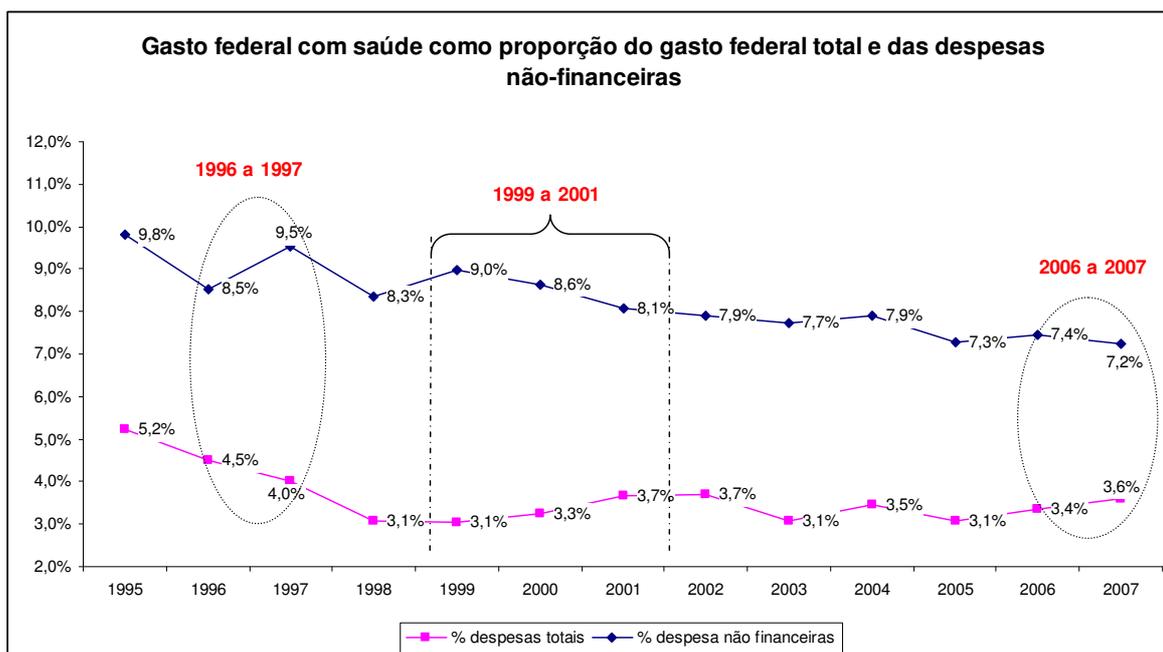
O indicador é influenciado por variações na composição do gasto federal total (despesas financeiras e não-financeiras), mesmo que o gasto com saúde se mantenha constante.

Identificação de tendências e fatores explicativos

A participação do gasto federal com saúde no total do gasto federal apresentou uma queda de 31% no período de 1995 a 2007, passando de 5,2% para 3,6%, respectivamente. Isto não significa que o aporte para a saúde neste período tenha diminuído, uma vez que o mesmo apresentou uma taxa de crescimento real de 50%¹. Entretanto, como o gasto federal total cresceu mais de 2 vezes em relação ao gasto com saúde neste período (116%), principalmente por causa do aumento das despesas com juros e amortização (132%), isto implicou na queda do indicador apresentado acima.

Este mesmo gasto com saúde, quando comparado com o total das despesas não-financeiras da União, que excluem o pagamento de juros e amortizações, teve sua participação reduzida em 26%, passando de 9,8% em 1995 para 7,2% 2007. Esta redução foi menor que a apresentada anteriormente, o que é explicado pelo fato das despesas não-financeiras (denominador) terem apresentado um crescimento real de 102% no período de 1995 a 2007, ou seja, menor que o crescimento total do gasto federal (116%).

¹ Os valores foram atualizados de acordo com a média anual do IPCA de 2008.



O gráfico acima mostra que há, em alguns trechos, movimentos contraditórios entre os 2 indicadores, explicados pela variação do volume de recursos utilizados para pagamento do serviço da dívida em relação à variação do gasto com saúde. Entre 1996 e 1997, enquanto a proporção de gastos em saúde como proporção do gasto federal total caiu de 4,5% para 4%, em relação às despesas não-financeiras esta proporção aumentou (de 8,5% para 9,5%). Isto Neste mesmo período, a despesa com juros e amortização aumentou, em termos reais, de R\$ 290 bilhões (em 1996) para R\$ 451 bilhões, o que aumentou a despesa financeira e, conseqüentemente, o gasto federal total. Assim, neste período, o crescimento real do gasto com saúde foi de 14%, o gasto federal foi de 27%, influenciado principalmente pela despesa financeira (55%), e a despesa não financeira foi de 2%, o que justifica as oscilações observadas.

No período de 1999 a 2001, também é constatado um movimento contraditório destes 2 indicadores, porém ocorreu o inverso no período citado anteriormente. Neste período, enquanto a proporção de gastos com saúde em relação ao gasto federal total aumentou de 3,1% para 3,7%, em relação às despesas não-financeiras caiu de 9% para 8,1%. Observou-se, neste período, a queda de R\$ 188 bilhões, em termos reais, da despesa financeira (juros e amortização). Com esta queda de 26%, o gasto federal total também caiu (10%), enquanto a despesa não-financeira aumentou 20%. Como o gasto com saúde aumentou 8% neste período, isto justifica o aumento observado quando se analisa a proporção deste gasto com saúde no gasto federal total e a queda observada da proporção deste gasto em relação às despesas não-financeiras.

Este mesmo movimento é observado no período de 2006 e 2007: com a queda real das despesas com juros e amortização de 9% (R\$ 64 bilhões), que afetou diretamente o gasto federal total (queda de 0,2%), observou-se um aumento da proporção do gasto com saúde como proporção do gasto federal total de 3,4%

para 3,6%, uma vez que o gasto com saúde cresceu 7% no período. No entanto, como neste mesmo período a despesa não financeira apresentou um comportamento crescente de 10%, isto implicou na queda na proporção de gasto com saúde em relação à despesa não-financeira (de 7,4% para 7,2%).

Referências Bibliográficas

RIPSA. Indicadores e Dados Básicos em Saúde (IDB). Ficha de Qualificação do Indicador E.8.